

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE JUNHO DE 2014.

Aos doze dias do mês de junho de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a décima terceira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, Senhor Marcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião dezesseis (16) conselheiros sendo seis (6) do poder público e dez (10) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Sônia Regina Barbosa Quirino, Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, Leonel Aylon Cantana, Elisa Francisconi, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Selma Cristina Antoniette Badoco, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Raquel Costa Cândido Santiago, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, José Carlos Gomes, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros na titularidade:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Rosangela Aparecida de Paula, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos:** Recomposição de Comissões de Trabalho 2014; Substituição de conselheiras indicadas para o COMPETI; Apresentação de Proposta do Órgão Gestor para utilização do Piso Social Paulista; Apresentação das ações da Proteção Social Básica – 1º Trimestre 2014. **Informes:** Ofício 29/2014 - Projeto Guri sobre inscrição no CMAS e Ofício 79/2014 - resposta do CMAS; Devolutiva sobre Reunião na DRADS Franca – dia 10 de Junho - Participação do Presidente Márcio como representante do CMAS; Audiência Pública L.D.O. /2015 – Dia 16/06 – Segunda feira 19h30, salão CEFAP; Publicação da Resolução CNAS 13/2014 – que Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Publicação da resolução CNAS 14/2014 – Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e altera a Resolução CNAS 16/2010; Publicação do Caderno de Orientações aos Conselhos Municipais para o Controle Social do BPC, PBF e Benefícios Eventuais. O Presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros: Cloves, Denizar, Aparecido, Dalva e Padre Célio. Na sequência, o mesmo exibiu a pauta do dia e informou que foi solicitado pela SEDAS a retirada do item 4.3 referente a “Apresentação da Proposta para utilização do Piso Social Paulista”, considerando que a Secretária de Ação Social pretende discutir a proposta com o colegiado, porém não pôde participar da reunião por estar em outro evento, fora do Município de Franca. Com a pauta aprovada pelos conselheiros, a reunião prosseguiu e a 1ª Secretária, Elisa realizou a leitura da ata do dia 29 de maio, aprovada sem alterações. Dando seguimento, Márcio apresentou o primeiro assunto da pauta, sobre a Recomposição das Comissões de Trabalho de 2014, que após discussões e manifestações dos

presentes ficaram assim definidas: **Comissão Comunicação e Divulgação:** Dalva, Elisa e Juliana; **Comissão da Conferência Municipal de Assistência Social:** Jane, Tina, Fernanda, Márcio, Coordenadoras dos CRAS e do CREAS – com alteração também da sua periodicidade para prazo permanente; **Comissão de Inscrição:** Tina, Victalina, Elisa, Fernanda, Rosangela, Selma e Cida; **Comissão de Análise de Projetos:** Patrícia e Josiane; **Comissão Eleitoral Municipal e Estadual:** serão constituídas nos períodos de renovação de colegiados; **Comissão de Orçamento e de Articulação Política:** Cloves, Márcio, Dalva, Leonel, José Carlos, Josiane, Padre Célio, Tina, Denizar e Leonel; **Comissão de acompanhamento, fiscalização e controle social das entidades e organizações de assistência social:** Cloves, Tina, Juliana, Cida, Selma e José Fernando e por fim a **Comissão de Alteração da Lei de Criação:** Marcio, Tina, Cloves, Josiane Victalina, José Fernando e Cidinha, que permanece com a atribuição de acompanhar os trâmites de aprovação da Lei. Estabelecida a recomposição dos grupos de trabalho, Márcio passou ao próximo assunto referente a indicação de conselheiro titular e suplente para comporem o COMPETI. Esclareceu que a conselheira Teresa solicitou desligamento desta comissão devido sua falta de tempo e disponibilidade, e a sua suplente Solange, também deverá ser substituída, pois encerrou seu mandato de conselheira. Sendo assim, foram indicados os conselheiros Elisa e Leonel, titular e suplente, respectivamente. Dando seguimento à pauta, passou-se ao assunto referente à Apresentação das Ações da Proteção Social Básica – 1º Trimestre 2014. O presidente Marcio lembrou que na última reunião do Conselho a Coordenadora da Proteção Social Básica, Sra. Jane, esteve fora do Município de Franca devido a uma Capacitação Profissional, e por isso não foi possível a apresentação dessas ações juntamente com a Prestação de Contas Trimestral. Após, passou a palavra para Jane, que informou que inicialmente serão apresentadas as ações do UNICAD que será conduzida pela gerente do Cadastro Único – Luciana; em seguida a Sra. Lucineide discorrerá sobre o Programa ACESSUAS/Trabalho e as Coordenadoras dos CRAS – Alba, Priscila, Rosalina, Lizandra e Irene farão a exposição das outras ações da Proteção Social Básica. Luciana iniciou a apresentação da síntese das atividades desenvolvidas em 2014 no UNICAD, informando resultados e dificuldades. As atividades realizadas foram: Capacitação de Entrevistadores do Cadastro único; Inclusão de novas famílias no Cadastro e Atualização Cadastral; Averiguação Cadastral/Auditoria; Apuração de denúncias de recebimento indevido do Programa Bolsa Família; Atendimento Descentralizado para Inclusão no Cadastro; Inclusão e Atualização do Cadastro das Famílias Residentes na Poligonal do Projeto de Revitalização do Córrego Engenho Queimado; Concessão do Vale Social/Oxigenoterapia e Pró Social. Com relação ao Vale Social/Oxigenoterapia Jane explicou que o aparelho de oxigênio é liberado por meio de solicitação na Secretaria de Saúde e que a Secretaria de Ação Social auxilia as famílias

71 através do Vale Social para o pagamento da conta de luz. A conselheira Sônia reforçou que a
72 porta de entrada para esse programa é a Unidade Básica de Saúde onde orientam os usuários
73 sobre os benefícios que possam ter direito. Luciana disse que existe uma Lei Municipal que
74 estabelece os critérios de inclusão de usuários no Programa. Luciana trouxe ainda dados gerais
75 que demonstram que 17.035 (dezesete mil e trinta e cinco) famílias estão inseridas no
76 Cadastro Único; o número de famílias com perfil de Cadastro Único é de 13.237 (treze mil
77 duzentos e trinta e sete); famílias com perfil Bolsa Família - 6.481 (seis mil quatrocentos e
78 oitenta e um) e o total de famílias beneficiárias do Bolsa Família é de 6.220 (seis mil duzentos
79 e vinte). Informou ainda que existe o Programa Renda Cidadã com 832 famílias beneficiárias e
80 o Renda Cidadã do Idoso que hoje no Município de Franca tem apenas 12 idosos cadastrados,
81 considerando a dificuldade de se enquadrar nos critérios estabelecidos pelo referido programa.
82 Jane informou que a inserção das famílias no Programa Bolsa Família é responsabilidade do
83 Governo Federal e o Município faz apenas o cadastramento e a atualização dos dados. Luciana
84 relatou que de acordo com último censo do IBGE, um total de 8.838 (oito mil oitocentos e
85 trinta e oito) famílias tem perfil para o recebimento de benefícios, como o Bolsa Família.
86 Informou ainda que o atendimento no Cadastro é realizado por meio de agendamento e que
87 neste ano iniciou-se a descentralização com a disponibilização de entrevistadores para
88 atendimento também nos CRAS. Marcio questionou a respeito dessa diferença de mais de 2000
89 famílias que tem perfil para o Programa Bolsa Família, porém não estão inseridas no Cadastro
90 Único. Luciana explicou que essa é uma estimativa apontada pelo IBGE. Jane salientou a
91 importância de focar na Busca Ativa com o objetivo de encontrar essas famílias que estão
92 “invisíveis”. Dando seguimento a Coordenadora Lucineide fez uso da palavra para apresentar
93 os resultados do ACESSUAS/Pronatec. Informou que as ações desenvolvidas neste período
94 foram: Mobilização; Matrículas nos cursos e Acompanhamento. Demonstrou os dados gerais
95 do ACESSUAS/Trabalho de Janeiro a Março/2014 que apontam os seguintes números: 734
96 (setecentos e trinta e quatro) pessoas interessadas nos cursos; foram disponibilizadas – 208
97 (duzentos e oito) vagas; total de pré-matrículas realizadas – 311 (trezentos e onze); total de
98 alunos inscritos no Cadastro Único – 123 (cento e vinte e três); percentual de alunos evadidos
99 entre Janeiro e Março/ 2014 - 29,4% e o percentual de alunos evadidos no mesmo período de
100 2013, sem acompanhamento foi de 52%. Tina questionou se a equipe do ACESSUAS
101 diagnosticou os motivos de evasão nos cursos. Lucineide esclareceu que algumas mães que
102 participavam não tinham onde deixar seus filhos, alguns por motivos de doenças e outros por
103 conseguirem emprego, considerando que os cursos são diurnos. Tina ainda perguntou se existe
104 a possibilidade de cursos noturnos. Lucineide disse que sim e inclusive foi implantado dois
105 cursos noturnos do SENAC: o de cuidador de idosos e de recepcionista. Porém houve evasão

devido a terceirização do local, que ficou de difícil acesso. Lucineide destacou que foi feito uma pesquisa com os usuários e com as empresas do Município de Franca para levantamento de quais cursos a população procura e quais são as possibilidades de emprego na cidade. Foram feitos alguns questionamentos quanto à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Lucineide relatou que um dos fatores que dificultam essa inserção dos alunos formados para o mercado de trabalho é o receio destes de perder os benefícios da assistência social, o desvio de função e a não garantia de manterem-se na empresa. Tina acrescentou que há a necessidade de conscientizar as empresas sobre a importância da inserção dos deficientes no mercado de trabalho, como um trabalhador e não como cumpridor de cotas. O conselheiro José Fernando ressaltou que as empresas oferecem vagas para portadores de deficiência para se intitularem empresas cidadãs, empresas sociais, mas não fazem adequações para receber os mesmos. José Carlos afirmou que na Adefi recebe solicitações de empresas que requerem deficientes com “*menos deficiência*” com o único intuito de cumprir a Lei. Tina questionou se os cursos ofertados exigem algum nível de escolaridade. Lucineide esclareceu que na maioria dos cursos o único requisito é que possuam ensino fundamental, porém em algumas situações, estes são adequados às pessoas com deficiências. Em seguida apresentou as conquistas alcançadas nesse período destacando as duas turmas do período noturno pela escola SENAC (receptionista e cuidador de idosos); a inserção de 123 (cento e vinte e três) pessoas inscritas no Cadastro-Único; a inclusão do curso de Pespointo, pela escola SENAI e a Inclusão de 5 (cinco) pessoas com deficiência nos cursos. Finalizando, Jane destacou a competência da Equipe do ACESSUAS que buscou diagnosticar as maiores dificuldades dos alunos em relação ao curso conseguindo solucionar problemas e diminuindo a evasão. Complementou que o Governo Federal irá propor novo Aceite para prorrogação do cofinanciamento do ACESSUAS possibilitando a continuidade do trabalho da equipe na oferta de novos cursos e promoção do acesso do público prioritário da assistência social. Dando sequência, a palavra foi cedida para as coordenadoras dos CRAS que fizeram a exposição das atividades desenvolvidas em cada unidade. A coordenadora Priscila fez a apresentação informando que foi feito um levantamento de dados das 05 unidades de CRAS para registrar as atividades do 1º trimestre, dentre os quais foram: Acolhida Particularizada e Coletiva; Oficina com as Famílias; Ações Comunitárias; Acompanhamento Familiar em Grupo; Paifinho; Acompanhamento Familiar Particularizado; Atendimentos individualizados; Benefícios Eventuais Concedidos; Visitas Domiciliares; SCFV; Gestão do Território; e Articulação Socioassistencial. A conselheira Juliana Bertazzi questionou sobre o funcionamento da Acolhida Coletiva. A coordenadora Lizandra ressaltou que a Acolhida é o primeiro contato que a população tem com os Centros de Referência, esclarecendo que a Acolhida Particular é realizada pelo técnico e usuário e a Acolhida Coletiva

141 é realizada com vários usuários, sendo um momento no qual estes são informados sobre os
142 serviços e os benefícios do SUAS. Jane esclareceu que o serviço do CRAS está sendo
143 reordenado e neste processo está em discussão o atendimento emergencial, ou seja, o plantão,
144 bem como os serviços desenvolvidos. Disse que as equipes estão construindo um Plano de
145 Trabalho Geral dos CRAS e que posteriormente será encaminhado para o Conselho. Márcio
146 complementou que depois de muita luta a equipe conseguiu encontrar um caminho de forma
147 coletiva e adequar os CRAS às suas reais funções, ou seja, executar o PAIF e a Gestão
148 Territorial. Tina ressaltou que essa apresentação foi extremamente importante considerando
149 que é possível observar a concretude da política, bem como as demandas que são deliberadas
150 pelo Conselho. Finalizando o assunto, Márcio passou ao primeiro informe referente o ofício do
151 Projeto Guri que foi encaminhado para a Secretaria Executiva do Conselho, solicitando
152 inscrição. Esclareceu que foi enviado um ofício do CMAS com as orientações e legislações
153 referentes aos requisitos e documentação para inscrição no Conselho Municipal de Assistência
154 Social. Ressaltou que estes ofícios foram encaminhados juntamente com a pauta para
155 conhecimento dos conselheiros. Márcio apresentou o próximo informe comentando sobre sua
156 participação na reunião da DRADS, no último dia 10 de junho. Disse que a reunião foi
157 informativa e teve como pauta o Piso Social Paulista, Plano de Providências dos municípios,
158 Processo de Reordenamento do SCFV e Cidade Amiga do Idoso. Prosseguindo Márcio
159 reforçou a importância de participação na Audiência Pública referente a LDO/2015, organizada
160 pela Secretaria de Finanças, que será no dia 16 de junho no CEFAP. Tina complementou
161 dizendo que se faz necessário especialmente a participação da comissão de orçamento do
162 Conselho. O próximo informe tratou sobre a publicação das Resoluções 13 e 14/2014 do
163 CNAS. O presidente Márcio falou da importância do colegiado se apropriar dessas Resoluções,
164 considerando que a primeira refere-se a alterações na Tipificação Nacional dos Serviços
165 Socioassistenciais, e a segunda revoga a Resolução 16/2010 referente a inscrição de entidades.
166 Ressaltou que estas serão retomadas nas próximas reuniões do conselho para discussão. Como
167 último informe Márcio falou da Publicação do Caderno de Orientação aos Conselhos
168 Municipais para o Controle Social do BPC, PBF e Benefícios Eventuais, enfatizando que o
169 Conselho assumirá a instância de Controle Social da Bolsa Família e, portanto o CNAS está
170 trazendo informações sobre essas funções. O conselheiro José Fernando solicitou a palavra com
171 o intuito de trazer informações e esclarecimentos a respeito da greve das Universidades
172 Públicas. Explicou que o motivo não é apenas salarial conforme divulgações da imprensa, mas
173 também por permanência estudantil, por cortes de bolsas de extensão, além de outras questões
174 que constam na pauta. Nada mais havendo a tratar, Márcio agradeceu a participação de todos os
175 presentes e a ata foi lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.